

NO MEIO DOS CANAVIAIS: UM LUGAR DE MEMÓRIA DE TRABALHADORES¹

Maria Aparecida de Moraes Silva²

O estado de São Paulo é um dos maiores produtores de commodities (açúcar, etanol, suco de laranja, café etc) do país. Há duas décadas, o modelo de produção agrícola implantado é caracterizado por um processo que possui duas faces: a) o desenvolvimento acelerado da modernização, por meio do emprego maciço de tecnologias avançadas, cujo resultado tem sido a dispensa de centenas de milhares de trabalhadores/as; b) o apagamento da memória laboral. Objetiva-se tecer algumas reflexões acerca da produção de um repositório digital, contendo a memória de trabalhadores/as rurais. Este repositório é constituído pelo acervo de mais de mil horas de entrevistas com migrantes, homens e mulheres do Vale do Jequitinhonha, Paraíba, Maranhão, Piauí, além de vários municípios do estado de São Paulo, e também com sítiantes e assentados rurais. As entrevistas ocorreram no espaço das últimas quatro décadas. A mecanização do corte manual ceifou as contratações, sobretudo dos migrantes, homens em sua grande maioria. Assiste-se a uma verdadeira diáspora nesses últimos anos nos campos paulistas. O mundo visível é o das commodities. Nos subterrâneos desse mundo foram sepultadas as memórias, as experiências de milhares de homens e mulheres, negros, pardos, mestiços, pobres. Com o intuito de escovar a história a contrapelo, a partir dos ensinamentos de W. Benjamin (1987) de retirar as camadas que silenciaram as vozes desses subalternos e ir na contramão de um verdadeiro memoricídio, foi surgindo, pouco a pouco, a ideia/propósito de produzir um repositório digital, um lugar que fosse capaz de abrigar a memória coletiva, capaz de ressurgir dos subterrâneos dessas plantações. Nos termos de Pollak (1989, 1992), uma memória subterrânea. As máquinas, advindas do gigantesco desenvolvimento tecnológico, apagaram seus rastros. O repositório representa uma forma de ir na contramão da desmemória ou, até mesmo, do memoricídio (BEIGUELMAN, 2019, p. 216)

Palavras-chave: trabalhadores rurais, repositório digital, memória

O cenário

O estado de São Paulo é um dos maiores produtores de commodities do país. O viajante que se destinar ao interior do estado, a partir da cidade de Campinas, a paisagem descortinada será constituída por canaviais que, atualmente, cobrem cerca de cinco milhões de hectares. Além dos canaviais, imensos pomares de laranjas e, em algumas regiões, os cafezais

¹ Trabalho apresentado no 02 Simpósio Temático: Arquivos e história oral: usos, experiências e reflexões, durante o 15º Encontro regional Sudeste de História Oral: Memória, Corpo, Mundo. Apoio CNPq

² PPG/Sociologia/UFSCar. E-mail: maria.amoraes44@gmail.com.

verdejantes comporão a paisagem. Sem sombras de dúvida, são sinais de imensas riquezas componentes do vangloriado agronegócio brasileiro. Na safra 2022, a produção de cana superou 657 milhões de toneladas, segundo dados da CONAB. Neste mesmo ano, a taxa de mecanização do corte da cana chegou a 97%, sendo que em 2007, era de 33%, segundo a mesma fonte.

Destarte, o viajante verá aqui e ali, alguns ônibus com a insígnia RURAIS. No mais, são as grandiosas máquinas que circulam nas áreas cultivadas, mormente, dos canaviais.

Na condição de professora e pesquisadora, venho acompanhando a realidade social de trabalhadores e trabalhadoras nos campos paulistas há mais de quatro décadas. Nesta longa jornada, foi possível desenvolver muitos projetos de pesquisas não somente nos territórios do agronegócio, como também naqueles de onde provinham os trabalhadores.

Nos inícios dos anos 1980, verifiquei que, nas informações do IBGE sobre o trabalho rural no estado de São Paulo, havia menção à categoria *Outros*, além dos permanentes e temporários. Em 1985, ao realizar uma pesquisa na região de Ribeirão Preto, fui informada acerca da existência de um *barracão* numa fazenda de café, com migrantes, provenientes do Vale do Jequitinhonha (MG).

O *barracão* era uma grande construção em alvenaria, com divisórias em plásticos pretos. No seu interior, havia mais de 60 pessoas, homens, mulheres, adolescentes e crianças. Numa das laterais, havia 08 fogões à lenha, responsáveis pela fumaça em todo o espaço. Não havia água encanada, esgoto e nem energia elétrica. Era o mês de julho. Fazia muito frio. Ao fundo, havia um pequeno córrego, onde os trabalhadores buscavam água para beber e se banhar. Do outro lado do córrego, o haras do fazendeiro, com seus cavalos laureados em concursos nacionais e internacionais, contrastava com o espaço do *barracão*. Dois mundos separados pelas águas frias do córrego. Fiquei algumas horas conversando com as pessoas que, inicialmente, não entendiam as razões de minha presença ali. Algumas delas estavam doentes. No entanto, o aspecto mais destacado em meu caderno de campo se referia aos seus olhares, dirigidos a lugar nenhum. A frase mais ouvida por mim: “aqui não é o lugar da gente. Aqui não é a terra da gente”.

Ao sair do *barracão*, compreendi que meu fazer sociológico não poderia se resumir tão-somente em publicações acadêmicas. Era necessário ir mais além e também procurar colocar em prática os ensinamentos marxianos acerca da necessidade de transformar o mundo, além de compreendê-lo. A partir daquele momento, passei a *pertencer àquela comunidade de destino*, de acordo com as palavras da saudosa professora Eclea Bosi.

Em 1988, com apoio da FUNDUNESP e do CNPq, realizei uma pesquisa na região do Vale do Jequitinhonha (MG), considerada, então, uma das mais pobres do país. O objetivo principal

daquela pesquisa era o entendimento do significado da frase, ouvida, insistentemente no *barracão*: “terra e lugar”.

Considero que aquela pesquisa representou um marco em minhas reflexões acadêmicas e também políticas. A partir de então, muitas outras investigações foram realizadas. Foi possível acompanhar as mudanças, advindas da reestruturação produtiva, ocorridas nos finais da década de 1980, quando o processo de mecanização começa a se desenhar com desdobramentos nas correntes migratórias. Cada vez mais, assistia-se ao avanço da cultura canavieira, substituindo pastagens, matas nativas, antigos cafeeiros, plantações de meeiros, sitiantes, arrendatários. A paisagem dos campos paulistas foi, paulatinamente, tomada pelas cores esverdeadas dos canaviais infinitos, uma espécie de sombra alargada e definitiva.

Ao mesmo tempo, milhares de migrantes, provenientes dos estados do nordeste, além do Vale do Jequitinhonha, continuaram aportando nas rodoviárias das cidades-dormitórios ou trazidos por “turmeiros”, “gatos” em ônibus clandestinos. A grande maioria era de homens jovens, pardos, pretos, cujas famílias ficaram nos locais de origem. Muitos outros vinham acompanhados das famílias. Alguns eram destinados aos alojamentos das usinas, no interior das áreas de cana, mormente, os homens. Os que estavam com a família, alugavam casas nas periferias das cidades-dormitórios. Aí permaneciam durante toda os nove meses da safra. Após esse período, regressavam aos seus locais de origem para, no ano seguinte, voltarem ao mesmo destino. Ir e vir. Partir e ficar. Situações que definiram a vida de centenas de milhares de pessoas, durante mais de seis décadas, em busca de trabalho, de sobrevivência. Defini este processo como *migrações permanentemente temporárias*. O permanente era o temporário, dado que, terminada a safra, não era possível a continuidade nas terras paulistas. Policiais das cidades-dormitórios controlavam os espaços urbanos, a fim de evitar *a vadiagem e possíveis crimes*. De um momento para outro, eram vistos não mais como cortadores de cana, mas como possíveis infratores da ordem social.

Com o intuito de acompanhar o processo de verdadeiros territórios migratórios, muitas outras pesquisas foram realizadas com apoio da FAPESP, CNPq, FCC, CAPES e NEAD. Os objetivos eram a análise das condições de trabalho, moradia, sem se esquecer das mulheres e crianças. A partir dos meados dos anos 1990, houve uma mudança da *cartografia migratória*, com a presença cada vez maior de piauienses e maranhenses. Em razão desse fato, realizei uma pesquisa no sul do Piauí e no sudeste do Maranhão em 2007, com o apoio da FAPESP e CNPq, a fim de conhecer esse outro “lugar” e essa outra “terra da gente”.

No decorrer do processo de reestruturação, os níveis de exploração, superexploração foram aumentando, por meio da intensidade das exigências de produtividade. Na década de 1980,

eram exigidos, em média, 08 toneladas de cana cortada/dia; nas décadas seguintes, a exigência passou para 10, 12, 15 toneladas/dia. Caso a meta não fosse atingida, o trabalhador era dispensado no final do mês. Esta prática levou à morte por exaustão, no período de 2002-2005, 23 trabalhadores, segundo dados da Pastoral dos Migrantes, sediada em Guariba (SP).

Diante de tal realidade, fui construindo vínculos com a Pastoral dos Migrantes (nos locais de origem e em Guariba), com a CPT, com os sindicatos de trabalhadores rurais e também com a Promotoria Pública. Assim, conseguimos a realização de audiências públicas, com a presença de pessoas da sociedade civil, representantes de organizações defensoras dos direitos humanos, juízes, promotores, advogados, professores, alunos, representantes de partidos políticos, jornalistas de veículos nacionais e estrangeiros, em vários locais do estado de São Paulo³. Foram atos importantes de denúncias dos abusos e das infrações cometidas pelas usinas. A questão principal debatida nas audiências versava sobre os direitos humanos do trabalho, a indignidade, o desrespeito às normas internacionais reguladoras do trabalho.

Tais acontecimentos tiveram repercussão em vários países compradores do açúcar brasileiro. Com isso, foi firmado em 2009, em Brasília, o *Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar*, por meio da participação de representantes do governo federal, das usinas e dos trabalhadores (Comissão Tripartite). Considero que a assinatura desse acordo foi um marco para impulsionar o processo de mecanização e eliminar a vinda de migrantes para os campos paulistas.

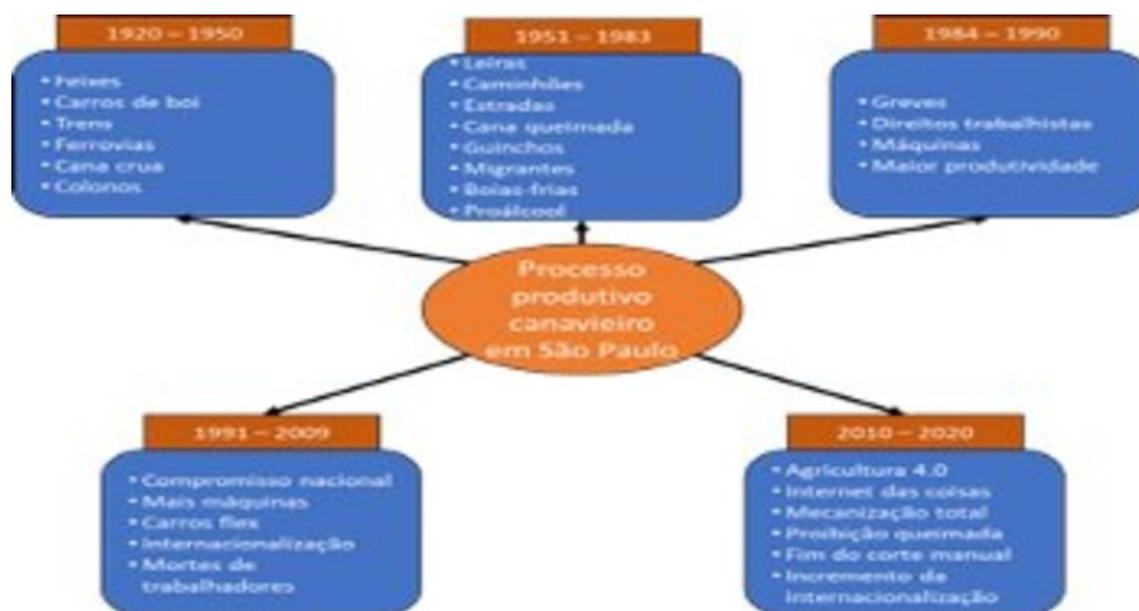
A partir de então, as grandiosas máquinas substituirão os corpos de homens e mulheres, numa escala sem precedentes. Atualmente, a hegemonia cabe à chamada agricultura 4.0, uma associação entre máquinas modernas e TIs (tecnologias da Informação), responsáveis pela gestão de todo o processo produtivo nos canaviais.

A figura 1 mostra uma síntese das fases desse processo, ao longo de um século, onde se observa uma verdadeira revolução: a) dos carros de boi na década de 1920 para a agricultura 4.0 nos dias de hoje; b) dos colonos, descendentes de europeus para os migrantes nordestinos, os boias-frias, até a primeira década dos anos 2000; c) da ferrovia para os caminhões; d) das formas de controle do trabalho manual para as Tecnologias da Informação, por meio de drones e computadores; e) da mudança da propriedade fundiária dos usineiros, pertencentes às tradicionais oligarquias agrárias, para a associação deles às grandes empresas internacionais.

³ Sobre a primeira Audiência Pública, realizada na USP/Ribeirão Preto, consultar o site do repositório: <http://vozesememorias.com.br>, aba vídeos (audiência pública).

A grande transformação envolveu a diáspora dos migrantes, trabalhadores e trabalhadoras manuais. A paisagem dos campos passou a ser dominada pelas máquinas e seus e suas operadores e operadoras.

Figura 1 Principais fases do processo produtivo canavieiro em São Paulo



Elaboração: Maria A. Moraes Silva

Na contramão do memoricídio: A construção do repositório

No contexto social do cenário, acima descrito, foi germinando a ideia/propósito de produzir um *lugar de memória*, capaz de evitar o *memoricídio*⁴ e, por consequência, o apagamento da história laboral de centenas de milhares de pessoas que labutaram nas terras paulistas, assim como as reflexões de BEIGUELMAN (2019) ao comentar sobre o incêndio no Museu Nacional. Segundo a autora, a questão patrimonial é tratada como última das prioridades no Brasil, fato que resulta em acontecimentos trágicos, como o do Museu, intitulado-os como *memoricídios*, ou seja, tentativas deliberadas de apagamento da memória.

⁴ Memoricídio é o neologismo criado em 1991 pelo croata, Mirko Grmek, que significa a tentativa de apagamento da história e cultura de um povo em um determinado território.

Um *lugar de memória*, que não apenas fosse guardião da memória, como também, que fosse insurgente, capaz de ressurgir do apagamento/invisibilidade impostos.

Vale dizer que, desde os anos de 1980, venho acompanhando vários encontros nacionais da ABHO e internacionais da IOHA. A participação nesses eventos foi de suma importância para a produção do acervo, ao longo das últimas quatro décadas. No decorrer desses anos, o material coletado - advindo de entrevistas, relatos orais, histórias de vida, trajetórias laborais, desenhos de crianças, fotos, vídeos – foi sendo pautado pelas reflexões da História Oral, e armazenado em fitas cassetes e, mais tarde, digitalizado.

A partir dos anos 2010, configurou-se o verdadeiro fechamento do ciclo do trabalho manual nos canaviais paulistas. Ainda que, algumas tarefas manuais existam – catação de pedras, distribuição de herbicidas em bombas costais, plantio da cana etc – elas são residuais às formas de exploração hegemônicas instauradas. Ao vivenciar a diáspora dos migrantes, por meio da destruição dos alojamentos nos espaços da cana, do fechamento das pensões e casas alugadas nas cidades-dormitórios, ademais da mudança da Pastoral dos Migrantes para a cidade de São Paulo, da desestruturação política dos sindicatos, percebi que outra temporalidade estava sendo imposta. A pergunta/inquietação era: O que fazer com as mais de mil horas gravadas ao longo desse tempo? Apagá-las? Destruí-las como material reciclável? Afinal, todas as entrevistas foram transcritas e digitalizadas. As primeiras foram datilografadas. Minha produção acadêmica, por meio de livros, artigos, vídeos, contemplava, em boa medida, os resultados das investigações feitas.

A ideia do repositório digital foi emergindo no interior dessa inquietação, caracterizada pela práxis assentada no *pertencimento desta comunidade de destino*.

Nos limites deste texto, não vou citar minha produção acerca das pesquisas realizadas. Remeto o/a leitor/a ao site do repositório, que contém as principais publicações: <https://www.vozesememorias.com.br>.

Quanto ao escopo teórico, cito, brevemente, os seguintes autores⁵ que nortearam a produção do repositório, um verdadeiro lugar de memória. Foi necessária a construção dos *lugares* para proteger a memória, para impedir sua morte.

A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular de nossa história. Momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa

⁵ Estas referências foram enunciadas no seguinte artigo publicado pela revista Travessia: SILVA; REIS (2020, pp. 7-26).

colocar problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p. 7).

Segundo NORA (1993), ainda:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos... Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (p. 12-13).

A definição de lugares de memória se refere a três sentidos: material, simbólico e funcional, de acordo com o historiador. No entanto, segundo ele, “só há lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica” (p. 21).

A aura simbólica foi sendo construída ao longo dessas últimas quatro décadas de investigação em cada canto, em cada lugar. A aura simbólica é o elemento que nutre, que fecunda os lugares de memória, caso contrário, seriam cristalizados, fixados em algum espaço. Portanto, a aura simbólica vivifica os lugares de memória, impedindo a morte das lembranças. Poucos rastros foram deixados pelos migrantes nas cidades-dormitórios. As pensões onde se amontoavam em grande número para diminuir os preços dos aluguéis foram demolidas, assim como os barracões e alojamentos no interior dos canaviais. Em sendo temporários, poucos foram aqueles que conseguiram novas ocupações, sobretudo, nos canaviais, tendo em vista as exigências de qualificação, maior nível de escolaridade etc.

Na sequência destas inflexões, Benjamin mostra que a informação transmitida pelos meios de comunicação e o novo seriam principalmente responsáveis pelos elementos de demolição da narrativa e do narrador. Essa afirmação pressupõe que a narrativa é produzida em um contexto de pessoas se comunicando uns com os outros. O narrador precisa de ouvintes, conseqüentemente seguidores.

Contar histórias sempre foi a arte de contá-los de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ele se perde quando ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história. Quanto mais o ouvinte esquece de si mesmo, mais profundamente se grava nele o que é ouvido. Quando o ritmo de trabalho se apodera dele, ele escuta as histórias de tal maneira que adquire espontaneamente o dom de narrá-las. Assim se teceu a rede em que está guardado o dom narrativo. E assim essa rede se desfaz hoje por todos os lados, depois de ser tecida, há milênios, em torno das

mais antigas formas de trabalho manual (...). Assim, se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso (BENJAMIN, 1987, p. 205).

No final do texto, o autor, depois de analisar algumas histórias da obra de Leskov, introduz um outro fato importante. Por pertencer a um mundo governado pelos valores de uso, portanto, onde o tempo não é determinado pelos produtos, pelo valor de mercado, a narrativa é produzida no centro das relações sociais, cuja sociabilidade é determinada pelas práticas do trabalho artesanal. Ou seja, práticas definidas pela não separação entre produtor e produto do trabalho. É neste sentido que o autor demonstra que a narrativa não é apenas um produto de voz. Ela também se refere às mãos, aos olhos e também à alma.

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos no mesmo campo. Interagindo, eles definem uma prática (...). Na verdadeira narração, intervêm decisivamente com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho (...). Seu dom é poder contar sua vida; sua dignidade é contá-la inteira (p. 220-221).

Essas reflexões conduzem ao conceito benjaminiano de experiência. No início do pequeno texto "Experiência e pobreza", há um provérbio de Esopo, em que um homem moribundo diz a seus filhos que ele está deixando-lhes um grande tesouro escondido na vinha, e que eles vão descobri-lo cavando a terra sem descanso. Com o passar do tempo, os filhos descobrem que suas vinhas foram as melhores da região e que o tesouro era, na verdade, o trabalho, transmitido como experiência pelo pai. A experiência, portanto, o é algo compartilhado. KONDER (1994)⁶ afirma que:

Erfharung é o conhecimento obtido através de uma experiência que se prolonga, que se desdobra, como uma viagem; o sujeito integrado numa comunidade dispõe de critérios que lhe permitem ir sedimentando as coisas com o tempo. Erlebnis é a vivência do indivíduo privado, isolado, é a impressão forte que precisa de ser assimilada às pressas, que produz efeitos imediatos (p.146).

Outro autor, cujas ideias foram fundamentais para a feitura do repositório, é Pollak (1987, 1989). As reflexões acerca da memória e identidade, do silêncio, como forma de

⁶ Konder, L. Na nota 12 do ensaio "Sobre alguns temas em Baudelaire". In. BENJAMIN, W. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1994.

sobrevivência e não como esquecimento, além do conceito de enquadramento da memória, apontaram caminhos seguros para a realização dessa empreitada.

Essas seriam, em tese, as principais ideias norteadoras da construção do repositório digital⁷. Memória, narrativas, experiência formam o fio condutor para a construção do lugar de memória dos trabalhadores rurais que labutaram nos cafezais, laranjais, e, sobretudo, nos canaviais paulistas. Ainda acrescentaria: “Os documentos orais pertencem à ordem do múltiplo. Disponibilizá-los em um museu virtual significa estender o múltiplo em sua reprodução ilimitada” (BAUER, 2010, p. 61). Outro propósito é estender o múltiplo em sua reprodução ilimitada. Visa-se, assim: divulgar o conteúdo do repositório, como um lugar de memória dos trabalhadores rurais; incentivar outros pesquisadores a vivificarem o acervo por meio da participação e constituição de redes; democratizar as informações sobre o trabalho nos canaviais, cafezais e laranjais do estado de São Paulo; criar as condições para a produção de uma práxis, cujo objetivo maior é o enfrentamento das desigualdades e injustiças sociais. O museu como um dispositivo de pesquisa (repositório); promover a democratização do conhecimento científico. Os repositórios virtuais são uma tendência da museologia contemporânea. As exposições e programas (produtos) agem como processos educacionais. Um museu absorvido por atividades de parceiros tem um papel de articular redes de pesquisadores por meio de uma plataforma *online*, em domínio público.

No início do mês de agosto de 2018, participei, juntamente com o professor José Sérgio Leite Lopes, de um seminário realizado na UFSCar sobre memória e trabalho. O debate foi muito profícuo porque havia duas realidades historicamente distintas: a memória dos operários da fábrica Paulista, de tecidos em Pernambuco, inseridos em contextos manufatureiros, no início do século XX, discutida pelo professor, e a captura da memória dos trabalhadores rurais, descartados pelo avanço da modernização e inseridos em relações flexíveis de trabalho, apresentada por mim, no momento atual. Enquanto a permanência dos operários da fábrica Paulista no mesmo local foi fundamental para a preservação da memória, o vaivém permanente dos trabalhadores rurais impediu que se estruturassem as bases da memória laboral nos campos do estado de São Paulo. Ao contrário, a espoliação da memória foi o campo fértil para o esquecimento e o apagamento de suas histórias.

A construção do repositório acerca da memória de trabalhadores e trabalhadoras rurais pode se assemelhar ao palimpsesto. Palimpsesto é um termo grego, datado do século V a.C. que

⁷ Sobre os desafios para a organização de acervos orais, consultar, dentre outros: LUIZ, TEIXEIRA (2013); ALBERTI (1998); BORGES (2012); AMADO, MORAES (1998).

significa um pergaminho composto de múltiplas camadas de escrita sobrepostas. Melhor dizendo, reaproveitava-se um pergaminho já escrito raspando seu conteúdo, todavia a camada anterior permanecia parcialmente visível. A metáfora do palimpsesto é importante para evitar o *memoricídio*, tal como definido acima.

A digitalização do acervo

O material do acervo (fitas cassete, entrevistas digitais, fotografias, recortes de jornal, tabelas, entre outros) foi separado segundo as pesquisas realizadas, cronologicamente, bem como a explicação dos respectivos projetos. O trabalho com as fitas cassete se dividiu em três etapas: 1) organização e categorização do material; 2) conversão dos áudios das fitas em arquivo digital (extensão MP3); 3) edição dos áudios. Para fins de resguardar a identidade das pessoas, todos os nomes foram retirados da gravação.

Após a organização das fitas, iniciou-se a etapa da digitalização. Foi utilizado o conversor e leitor de fita cassete para MP3 EZCAP. Trata-se de um aparelho similar a um *walkman* (tape portátil), acompanhado de cabo USB. Junto com o aparelho vem o CD de instalação do programa conversor, chamado Audacity. Esse equipamento, em conjunto com o software livre de edição digital Audacity, foi utilizado para a digitalização de todas as 740 fitas cassete.

A digitalização com o referido equipamento ocorre da seguinte forma: a) o tape portátil Ezcap é conectado ao computador por meio de cabo USB; b) a fita cassete é inserida dentro do tape; c) o programa Audacity é aberto, e seleciona-se o dispositivo de gravação do tape portátil Ezcap; d) aciona-se o comando *rec* no programa Audacity e o botão *play* no tape portátil. O aparelho Ezcap automaticamente executa os dois lados da fita. Ao final do áudio, seleciona-se na aba Arquivo a opção Exportar para MP3. Assim, o áudio é convertido.

Em seguida, após muitos contatos e aprendizagens, foi entregue ao profissional da computação, Leandro D'Agostino, o material para a feitura do repositório. Somente para a produção do repositório foram mais de quatro anos de trabalho intenso.

<https://www.vozesememorias.com.br>

Referências citadas

ALBERTI, Verena. **O acervo de história oral do CPDOC**: trajetórias de sua constituição. Rio de Janeiro: CPDOC, 1998.

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta Moraes. **Usos e abusos de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998.

BEIGUELMAN, Giselle. **Memória da Amnésia**. Da cidade interativa às memórias corrompidas. São Paulo: Editora Sesc, 2019.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Obras escolhidas**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p. 197-221.

_____. Experiência e pobreza. In: _____. **Obras escolhidas**. 3ª. Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, p.114-119.

BAUER, Leticia. Acervos orais, acervos virtuais, pessoas e histórias de vida. **Revista História oral**, v. 13, n. 2, pg. 53-64, 2010.

BORGES, Viviane Trindade. As falas gravadas pelos outros: fontes orais, arquivos orais e arquivos sonoros, inquietações da história do tempo presente. **Diálogos**. Maringá, v. 16, n. 2. P.663-676, maio/ago. 2012.

LUIZ, Juliana Ramos; TEIXEIRA, Marco Antônio dos Santos. Alguns desafios na organização de acervos orais: O caso do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e políticas Públicas no Campo (CPDA/UFRRJ). **Revista História Oral**, v. 16, n.2, 2013

NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. **Projeto História**, v. 10, 1993.

POLLAK, Michel. Memória, silêncio e esquecimento. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v.2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes; REIS, Tainá. Em busca de um lugar de memória de trabalhadores.as rurais. Constituição de um repositório digital em dois espaços-tempos. **Travessia**. Ano XXXIII, N. 89, julho/dez, 2020, pp. 7-26.